

Nota Prévía

Manuel I. Miguéns*

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da rede pública, privada, cooperativa e solidária, cometendo ao Conselho Nacional de Educação a responsabilidade de apreciar as normas relativas ao processo de auto-avaliação das escolas, o plano anual das acções inerentes à avaliação externa das mesmas e os respectivos resultados dos processos de avaliação interna e externa realizados, de modo a propor as medidas de melhoria do sistema educativo que os mesmo revelem como necessárias (art.º 12.º).

No quadro destas atribuições e responsabilidades, o CNE procurou conhecer os principais modelos e experiências de avaliação do desempenho de escolas, desenvolvidos a nível nacional e internacional, tendo proposto à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) a realização de um estudo na área da avaliação da eficácia das escolas que permitisse enquadrar e fundamentar a participação do Conselho no sistema de avaliação a implementar.

O Estudo *Avaliação das Escolas – Fundamentar Modelos e Operacionalizar Processos* obteve o apoio da FLAD e a responsabilidade pelo seu desenvolvimento foi, posteriormente, atribuída ao Dr. José Maria Azevedo que o concluiu em Setembro de 2005.

A par da concretização deste Estudo, a 5.ª Comissão Especializada Permanente do CNE, que tem por missão o Acompanhamento e Análise Global da Educação, inicialmente coordenada pelo Conselheiro Leandro de Almeida e, a partir de Julho de 2004, pela Conselheira Paula Santos, realizou, no âmbito das suas actividades, um conjunto de audições a diversas entidades nacionais, com experiência no desenvolvimento de processos de avaliação do desempenho de escolas, que permitiram um conhecimento detalhado de diversas experiências, designadamente: Sistema Estatístico da Educação – Indicadores disponíveis (DAPP); Avaliação

* Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação

Integrada do Desempenho das Escolas (IGE); Melhorar a Qualidade (AEEP/ apresentação do processo de auto-avaliação com base no modelo da Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade); Avaliação dos Estabelecimentos de Ensino Obrigatório na Europa (Eurydice/ Prof. Natércio Afonso); modelo AVES (Fundação Manuel Leão); modelo de avaliação das Escolas Profissionais (ANESPO).

Estas audições permitiram compreender que, embora ainda incipientes, os processos de avaliação das escolas, nas suas diferentes modalidades, constituem oportunidades de conhecimento, racionalização e reflexão defendidas como essenciais por todos os intervenientes interessados na melhoria do desempenho da sua função educativa.

Por considerar que importa desenvolver e consolidar uma cultura de avaliação e de prestação de contas, o CNE procurou contribuir para o aprofundamento da temática, promovendo o debate entre diferentes perspectivas - das escolas, da administração e da academia – tendo como referência os resultados da investigação recente sobre a matéria.

Nesse sentido organizou, já no final de 2005, o Seminário *Avaliação das Escolas – Fundamental Modelos e Operacionalizar Processos* que, para além da apresentação do referido Estudo e dos comentários que o mesmo suscitou a professores e dirigentes de escolas básicas e secundárias, bem como a responsáveis por associações de pais, permitiu reflectir e debater este tema sob diferentes prismas e apresentar propostas para uma política de avaliação.

O estudo realizado e os comentários que mereceu na sequência da sua apresentação, as comunicações apresentadas e as reflexões e debates que originaram constituem-se, assim, no essencial desta publicação que inclui a intervenção da Ministra da Educação no final da sessão da manhã do Seminário.

Deve notar-se que este processo decorreu, em parte, durante a presidência do Professor Doutor Manuel Porto no CNE e foi, posteriormente, assumido e dinamizado pelo actual Presidente do Conselho

– Professor Doutor Júlio Pedrosa. Cumpre, finalmente, dar público agradecimento à FLAD pelo apoio concedido a este projecto e fazer votos para que colaborações desta natureza possam continuar, para benefício da educação em Portugal.